

**Companhia Hispano -
Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobras ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização – Hispanobrás em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

9. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2014	2013	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.538	27.840	Fornecedores			
Contas a receber - partes relacionadas	7	93.273	40.282	Partes relacionadas	7	9	9
Tributos a recuperar	8	33.874	38.889	Outros		3.766	1.948
Outros ativos		<u>7</u>	<u>623</u>	Dividendos propostos	13	33.659	3.858
		<u>151.692</u>	<u>107.634</u>	Tributos a pagar	11	13.721	4.533
				Outros passivos		<u>249</u>	<u>187</u>
						<u>51.404</u>	<u>10.535</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos diferidos	10	2.778	4.211
Depósitos judiciais	12	66.324	61.762	Provisão para contingências	12	<u>5.049</u>	<u>66.702</u>
Tributos a recuperar	8	113.587	136.464			<u>7.827</u>	<u>70.913</u>
Outros		<u>86</u>	<u>-</u>				
		<u>179.997</u>	<u>198.226</u>				
Imobilizado				Patrimônio líquido	13		
	9	<u>146.188</u>	<u>155.933</u>	Capital social		202.698	202.698
		<u>326.185</u>	<u>354.159</u>	Reserva de lucros		<u>215.948</u>	<u>177.647</u>
						<u>418.646</u>	<u>380.345</u>
Total do ativo		<u>477.877</u>	<u>461.793</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>477.877</u>	<u>461.793</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida de arrendamento	7	107.648	58.354
Custo do arrendamento		<u>(23.112)</u>	<u>(21.899)</u>
Lucro bruto		<u>84.536</u>	<u>36.455</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(143)	(510)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	<u>64.319</u>	<u>(8.412)</u>
		<u>64.176</u>	<u>(8.922)</u>
Lucro operacional		<u>148.712</u>	<u>27.533</u>
Resultado financeiro	15		
Despesas financeiras		(7.686)	(3.688)
Receitas financeiras		<u>7.320</u>	<u>5.289</u>
		<u>(366)</u>	<u>1.601</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>148.346</u>	<u>29.134</u>
Imposto de renda e contribuição social	10		
Corrente		(31.677)	(10.344)
Diferido		<u>1.433</u>	<u>(5.253)</u>
		<u>(30.244)</u>	<u>(15.597)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>118.102</u>	<u>13.537</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social -Básico e diluído - Em Reais		<u>47,46</u>	<u>5,44</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício		118.102	13.537
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<u>118.102</u>	<u>13.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISpanoBRAS

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de lucros</u>					<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para retenção de lucros</u>	<u>Reserva para dividendo adicional proposto</u>	<u>Lucros acumulados</u>	
Em 1º de janeiro de 2013	202.698	16.642	74.370	86.954	-	380.664
Destinação de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(9.998)	-	(9.998)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.537	13.537
Destinação dos resultados						
Reserva legal	-	677	-	-	(677)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.858)	(3.858)
Transferência lucros retidos	-	-	9.002	-	(9.002)	-
Em 31 de dezembro de 2013	202.698	17.319	83.372	76.956	-	380.345
Destinação de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(46.142)	-	(46.142)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	118.102	118.102
Destinação dos resultados						
Reserva legal	-	5.905	-	-	(5.905)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(33.659)	(33.659)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	28.479	(28.479)	-
Transferência lucros retidos	-	-	50.059	-	(50.059)	-
Em 31 de dezembro de 2014	<u>202.698</u>	<u>23.224</u>	<u>133.431</u>	<u>59.293</u>	<u>-</u>	<u>418.646</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.102	13.537
Ajustes		
Depreciação	25.361	24.245
Baixa por inventário de ativos	14	-
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	(1.433)	5.253
Variação monetária de depósitos judiciais e contingências	4.839	671
Provisão para contingências	<u>(66.994)</u>	<u>7.553</u>
	79.888	51.259
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(52.994)	(10.121)
Estoques	89	-
Tributos a recuperar	26.083	11.103
Depósitos judiciais	(4.563)	-
Outros ativos	(4)	3.331
Fornecedores	2.118	(1.444)
Tributos a pagar	43.409	(178)
Outros passivos	<u>(20)</u>	<u>44</u>
	<u>14.119</u>	<u>2.735</u>
Tributos sobre o lucro pagos	<u>(31.677)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>62.330</u>	<u>53.994</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	<u>(15.632)</u>	<u>(40.712)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(15.632)</u>	<u>(40.712)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	<u>(50.000)</u>	<u>(40.000)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(50.000)</u>	<u>(40.000)</u>
Redução líquida do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(3.302)	(26.718)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>27.840</u>	<u>54.558</u>
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	<u>24.538</u>	<u>27.840</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Hispano - Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas		
Receita com arrendamento	118.632	64.302
Outras receitas (despesas)	<u>64.176</u>	<u>(8.922)</u>
Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade	<u>182.808</u>	<u>55.380</u>
Depreciação e amortização	<u>(25.361)</u>	<u>(24.245)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	<u>157.447</u>	<u>31.135</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.320	5.289
Impostos diferidos	<u>1.433</u>	<u>-</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>166.200</u>	<u>36.424</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	<u>40.412</u>	<u>19.199</u>
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>7.686</u>	<u>3.688</u>
Dividendos	62.138	3.858
Lucros retidos	<u>55.964</u>	<u>9.679</u>
	<u>125.788</u>	<u>12.860</u>
Valor adicionado distribuído	<u>166.200</u>	<u>36.424</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - Hispanobrás ("Sociedade" ou "Hispanobrás") é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, localizada em Vitória - Espírito Santo, constituída em 1974. A Sociedade é uma associação da Vale S.A. ("Vale") e da ArcelorMittal España, S.A. (Grupo ArcelorMittal) que compartilham o controle da Sociedade. Suas atividades compreendem a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro, cujas vendas são destinadas substancialmente aos acionistas.

Em 16 de maio de 2012 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional de suas usinas de pelotização. Este contrato passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2012 e teve como objetivo gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale. O acordo de arrendamento prevê o seguinte:

- O arrendamento dos ativos da Hispanobrás ficará em vigor pelo prazo de três anos e será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos, salvo se qualquer parte enviar uma notificação por escrito pelo menos um ano antes do final do período de vencimento do contrato.
- Em contraprestação ao arrendamento, a Vale pagará a Hispanobrás uma taxa fixa anual de R\$ 23.000, ajustada anualmente pelo IGPM (Índice Geral de Preço do Mercado) e honorários de êxito resultantes do desempenho potencial da Usina de Pelotização a ser calculado de acordo com critérios estabelecidos no contrato de arrendamento.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 18 de março de 2015.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais", e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment de ativos financeiros*

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades contábeis; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

2.5 Contas a receber de partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber pelo valor da contraprestação a receber do arrendatário. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2.6 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Taxas anuais</u>	<u>Anos</u>
Edificações	4%	25 a 40
Máquinas e instalações	5% a 10%	10 a 15
Móveis, utensílios e equipamentos	10%	3 a 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.7 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2014 e 2013, a administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores, incluindo partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.11 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento da receita

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale desde 1º de junho de 2012, conforme Nota Explicativa nº 1, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e realizadas exclusivamente aos sócios na proporção da participação acionaria.

2.13 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Sociedade reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade que prevê o dividendo mínimo de 30%. O valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

2.15 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Sociedade pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9 – Financial instruments, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis
- **Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization** – Em maio de 2014 o IASB emitiu atualizações aos pronunciamentos IAS 16 – Property, Plant and Equipment e IAS 38 – Intangible Assets, estabelecendo como métodos aceitáveis de depreciação e amortização de ativos o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios econômicos de um ativo. O IASB esclarece que o uso de métodos baseados em receitas para calcular a depreciação de um ativo e também para medir o consumo dos benefícios econômicos incorporados a um ativo intangível, não são apropriados. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2016 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a esta atualização nas demonstrações contábeis.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers – Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 – Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes (exceto para os contratos que estão dentro do âmbito das normas de contrato de lease, contratos de seguros e instrumentos financeiros), e substitui os atuais pronunciamentos IAS 18 – Revenue, o IAS 11 – Construction contracts e as interpretações relacionadas ao reconhecimento de receitas. O princípio deste fundamento para o reconhecimento de receita, é o de descrever a transferência a clientes, dos bens ou serviços em valores que reflitam o pagamento ao qual se tem o direito na troca desses bens ou serviços. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2017 e a Vale está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, são:

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda em de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Vida útil dos ativos

A Sociedade reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, conforme taxas descritas nas Notas Explicativas nº 2.6 e 9, respectivamente.

Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingência é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Após o arrendamento operacional dos ativos, a Sociedade passou a restringir seu risco financeiro, notadamente o risco de crédito e liquidez.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, e contas a receber com seu acionista Vale. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da empresa. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo

Os saldos de valor justo do contas a receber e contas a pagar aos fornecedores são similares aos valores contábeis. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Sociedade para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2014	2013
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	24.538	27.840
Contas a receber - partes relacionadas	93.273	40.282
Depósitos judiciais	66.324	61.762
	184.135	129.884
	Outros passivos financeiros	
	2014	2013
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (i)	4.024	2.144

- (i) As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	402	364
Aplicações financeiras	24.136	27.476
	24.538	27.840

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rendimento atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), gerando rentabilidade em 2014 de 101% (101% em 2013). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

7 Partes relacionadas

i. Transações e saldos

	Ativo		Passivo	
	2014	2013	2014	2013
Contas a receber - Vale S.A.	93.273	40.282	-	-
Fornecedores - Partes relacionadas - Vale S.A. Dividendos a pagar			9	9
Vale S.A..	-	-	17.129	1.963
Grupo Arcelor Mittal.	-	-	16.530	1.895
Circulante	93.273	40.282	33.668	3.896

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a partir de 1º de julho de 2012, o saldo de contas a receber da Sociedade é composto basicamente pelo montante a receber relativo ao arrendamento dos ativos da Sociedade pela Vale.

Os principais saldos de resultado operacional e financeiro com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Receitas de arrendamento		
Vale S.A.	118.632	64.302
Impostos sobre arrendamento	(10.984)	(5.948)
Receita líquida	107.648	58.354

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas por meio de contratos celebrados entre as partes.

ii. Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, considerando que em 1º de julho de 2012 toda a planta da Sociedade foi arrendada ao acionista Vale, não há despesa com honorários ao pessoal-chave da administração

8 Tributos a recuperar

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	123.139	146.844
Programa de integração Social - PIS	21.189	7.022
Imposto de renda	3.133	16.376
Contribuição social	<u>-</u>	<u>5.111</u>
	<u>147.461</u>	<u>175.353</u>
(-) Parcela não circulante	<u>(113.587)</u>	<u>(136.464)</u>
Parcela circulante	<u>33.874</u>	<u>38.889</u>

A parcela não circulante refere-se aos créditos de PIS e COFINS.

9 Imobilizado

	Imóveis e bens em operação	Instalações	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2013							
Saldo inicial	-	88.543	261	20	88.824	50.648	139.472
Aquisição	-	-	-	-	-	40.712	40.712
Baixa	-	-	-	(6)	(6)	-	(6)
Transferência	163	57.431	6.440	3	64.037	(64.037)	-
Depreciação	(3)	(23.650)	(583)	(9)	(24.245)	-	(24.245)
Saldo final	<u>160</u>	<u>122.324</u>	<u>6.118</u>	<u>8</u>	<u>128.610</u>	<u>27.323</u>	<u>155.933</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013							
Custo total	338	376.894	26.861	81	404.174	27.323	431.497
Depreciação acumulada	(178)	(254.570)	(20.743)	(73)	(275.564)	-	(275.564)
Saldo contábil, líquido	<u>160</u>	<u>122.324</u>	<u>6.118</u>	<u>8</u>	<u>128.610</u>	<u>27.323</u>	<u>155.933</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial	160	122.324	6.118	8	128.610	27.323	155.933
Aquisição	-	-	-	-	-	15.632	15.632
Baixa	-	-	(14)	-	(14)	-	(14)
Transferência	1.918	(5.955)	9.660	8.623	14.246	(14.246)	3
Depreciação	(54)	(23.473)	(1.328)	(509)	(25.364)	-	(25.361)
Saldo final	<u>2.024</u>	<u>92.896</u>	<u>14.436</u>	<u>8.122</u>	<u>117.478</u>	<u>28.709</u>	<u>146.188</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
Custo total	2.871	365.432	36.574	13.459	418.336	28.709	447.045
Depreciação acumulada	(847)	(272.536)	(22.138)	(5.337)	(300.858)	-	(300.857)
Saldo contábil, líquido	<u>2.024</u>	<u>92.896</u>	<u>14.436</u>	<u>8.122</u>	<u>117.478</u>	<u>28.709</u>	<u>146.188</u>

10 Imposto renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, conforme demonstrados:

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>Imposto e contribuição</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>		<u>2014</u>	<u>2013</u>
Diferenças temporárias sobre provisões	7.546	3.144	34%	2.565	1.069
Diferenças temporárias sobre atualização de depósitos judiciais	<u>(15.715)</u>	<u>(15.528)</u>	34%	<u>(5.343)</u>	<u>(5.280)</u>
	<u>(8.169)</u>	<u>(12.384)</u>		<u>(2.778)</u>	<u>(4.211)</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	148.346	29.134
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>(50.438)</u>	<u>(9.906)</u>
Multas indedutíveis	(208)	(1.589)
Imposto de renda de exercícios anteriores – Adesão ao REFIS	1.222	
Outros permanentes	<u>21.624</u>	<u>(4.102)</u>
	<u>(30.244)</u>	<u>(15.597)</u>
Corrente	(31.677)	(10.344)
Diferido	<u>1.433</u>	<u>(5.253)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(30.244)</u>	<u>(15.597)</u>

11 Tributos a pagar

Os tributos a pagar correspondem exclusivamente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar é de R\$ 13.721 (R\$ 4.533 em 2013).

12 Contingências e compromissos assumidos

A Sociedade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2014		2013	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Imposto de renda e contribuição social	41.156	-	38.394	38.394
ICMS sobre demanda de energia elétrica	17.394	-	16.060	16.060
Denúncia espontânea PIS sobre IPE	1.744	-	1.626	-
Encargo de capacidade emergencial	4.353	4.379	4.051	4.051
FINOR/FURNES	-	-	-	7.327
Reclamações trabalhistas e outros	1.677	670	1.631	870
	66.324	5.049	61.762	66.702

A Sociedade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 44.546.

Adicionalmente, a Sociedade possui o montante de R\$ 968.434 (2013 - R\$ 883.199), referente a processos das naturezas acima citadas, que, conforme estimativas da administração e opinião de seus consultores jurídicos foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências.

As causas possíveis mais relevantes em 31 de dezembro encontram-se descritas abaixo:

- i. No período de 2007 a 2012, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 849.584.

A Sociedade atuava na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) era comercializado no mercado interno e já sofria a devida tributação, enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) era comercializado no mercado externo, diretamente ou através de Comercial Exportadora, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

- ii. Na década de 90, a Sociedade entrou com uma ação ordinária visando ver reconhecidos os efeitos que lhe foram subtraídos pelo expurgo da inflação de março de 1989 pela Lei nº 7.799/89, para o fim de aproveitar-se dos montantes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cuja utilização lhe foi subtraída de 1989 até 1994, visando ressarcir-se dos recolhimentos a maior mediante compensação. O valor atualizado do referido processo é de R\$ 26.027.
- iii. Na década de 90, a Sociedade entrou com uma ação declaratória (e Cautelar com depósito) com objetivo de utilização do IPC como índice de correção monetária das demonstrações contábeis bem como recolhimento de IR e CSLL sobre lucro decorrente da exportação de minerais abundantes à alíquota de 18%. O valor atualizado do referido processo é de R\$ 11.696.

A movimentação dos depósitos judiciais e provisão para contingências é como segue:

a. Depósitos judiciais

	<u>2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda	19.059	-	-	1.411	20.470
Contribuição social	19.335	-	-	1.351	20.686
Denúncia espontânea PIS sobre IPE	1.626	-	-	118	1.744
ICMS sobre demanda de energia elétrica	16.060	-	-	1.334	17.394
Encargo de capacidade emergencial	4.051	-	-	302	4.353
Reclamações trabalhistas e outros	1.631	-	(33)	79	1.677
	<u>61.762</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>4.595</u>	<u>66.324</u>

b. Provisão para contingências

	<u>2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2014</u>
Imposto de renda e contribuição social	38.394	-	(41.157)	2.763	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	16.060	-	(17.394)	1.334	-
Encargo de capacidade emergencial	4.051	-	-	328	4.379
Reclamações trabalhistas e outros	8.197	-	(7.790)	263	670
	<u>66.702</u>	<u>-</u>	<u>(66.341)</u>	<u>4.668</u>	<u>5.049</u>

Em 2014, a Sociedade efetuou a reversão das provisões de IR e CS relacionadas a processos de expurgo inflacionário (IPC/89 e IPC/90) e de ICMS sobre demanda de energia elétrica, em virtude do prognóstico em perda possível das referidas contingências, conforme seus advogados externos.

O valor da causa referente à destinação de IRPJ devido, ao programa de incentivos fiscais (FINOR/FURNES) foi quitado mediante acordo de REFIS, pelo valor de R\$ 3.031, sendo R\$ 1.222 de principal e R\$ 1.809 de encargos por atraso no pagamento.

c. Natureza das contingências

A natureza das contingências provisionadas pode ser sumariada como segue:

Tributárias - referem-se, principalmente a discussão quanto à cobrança de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE e o Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAE destinados à empresa pública Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial-CBEE (ECE/EAE - Lei 10.438/02 e Res. ANEEL n. 249/02, incluídos nas contas de energia elétrica entre o período de 2002 a 2005.

Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em contestações de antigos empregados em relação a determinados direitos trabalhistas como horas extras, férias entre outros.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	<u>Número de ações</u>
Ações ordinárias	
Acionista do país	1.128.035.520
Acionista do exterior	1.083.798.833
	<u>2.211.834.353</u>
Ações preferenciais	
Acionista do país - classe "A"	138.239.646
Acionista do exterior	
Classe "B"	94.002.959
Classe "C"	44.236.687
	<u>276.479.292</u>
	<u>2.488.313.645</u>

As ações preferenciais Classes "A" e "B", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto na eleição e na destituição de determinados membros da Diretoria. As ações preferenciais Classe "C", juntamente com as ações ordinárias, têm direito a voto exclusivamente sobre todas e quaisquer modificações do Estatuto, na aprovação das demonstrações contábeis e em todas as resoluções relacionadas com a destinação dos lucros, incluindo a distribuição dos dividendos. Todas as ações preferenciais gozam de prioridade no reembolso de capital e têm direito ao dividendo que for assegurado às ações ordinárias.

As ações não possuem valor nominal.

b. Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 30% do lucro líquido do exercício, calculado conforme Estatuto Social da Sociedade.

Somente a Assembleia dos sócios é soberana em deliberar sobre a distribuição dos dividendos da Sociedade e conseqüentemente, o excedente aos 30% do lucro líquido do exercício será mantido no patrimônio líquido.

Em 15 de abril de 2014, a Assembleia dos acionistas aprovou o pagamento de R\$ 50.000 a título de dividendos aos acionistas, relativo ao lucro de exercícios anteriores, sendo R\$ 3.858 como dividendos mínimos obrigatórios e a parcela de R\$ 46.142 como dividendos adicionais aos acionistas.

Em 16 de janeiro de 2015, a Assembleia dos acionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 70.000 durante o exercício de 2015.

c. Reservas de lucros

Reserva legal - constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para retenção de lucros - refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para dividendo adicional proposto – Constituída com base no ICPC-08. O saldo excedente das reservas de lucros, considerando esta reserva, em relação ao capital social, será deliberada pela Assembleia de sócios.

d. Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Origens		
Lucro líquido do exercício	118.102	13.537
(-) Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício)	(5.905)	(677)
Total das origens	112.197	12.860
Destinações		
Dividendos propostos 30%	33.659	3.858
Dividendo adicional proposto	28.479	-
Reservas de lucros	50.059	9.002
Total das destinações	112.197	12.860

14 Outras receitas (despesas) operacionais

	2014	2013
Reversão de provisão (provisão) para contingências	66.341	(7.553)
Outros	(2.022)	(859)
	64.319	(8.412)

15 Receita e despesas financeiras

	2014	2013
Rendimento de aplicação financeira	2.274	3.208
Variações monetárias e cambiais ativas	5.046	18.008
	7.320	21.216
Variações monetárias e cambiais passivas	(4.839)	(15.927)
Juros e multas por atraso no recolhimento de impostos e infrações fiscais	(2.278)	(3.203)
Despesas bancárias	(271)	(482)
Outros	(298)	(3)
	(7.686)	(19.615)
	(366)	1.601

16 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 1.917.328 (2013 - R\$ 1.836.509).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Armando Maurício Max
Diretor

Fernando Ramos Peres
Diretor

Marcus V Woelffel Martins
Gerente de Contabilidade Subs. Brasil

Anderson Teixeira Moreira
Contador
CRC-RJ 104207/O-5 “S” ES

* * *